



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



CULTURA
ACADÊMICA
Editora

Complexidade e Convergências:

Um Olhar Sobre os Modelos Conceituais de Descrição Arquivística

Laís Barbudo Carrasco

Maria José Vicentini Jorente

Dunia Llanes Padrón

Silvana Aparecida Borsetti Gregório Vidotti

Como citar: CARRASCO, L. B.; JORENTE, M. J. V.; PADRÓN, D. I.; VIDOTTI, S. A. B. G. Complexidade e convergências: um olhar sobre os modelos conceituais de descrição arquivística. In: JORENTE, M. J. V.; PADRÓN, D. I. (org.). **Una Mirada a la ciencia de la información desde los nuevos contextos paradigmáticos de la posmodernidad**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p. 125-150.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2017.78-85-7983-904-7.p125-150>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

CAPÍTULO 5

COMPLEXIDADE E CONVERGÊNCIAS: UM OLHAR SOBRE OS MODELOS CONCEITUAIS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

*Laís Barbudo Carrasco
Maria José Vicentini Jorente
Dunia Llanes Padrón
Silvana Aparecida Borsetti Gregório Vidotti*

1 INTRODUÇÃO

Em um mundo globalizado, complexo e inovador é praticamente impossível tratar de qualquer assunto sem olhar o todo. A complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico. Dessa forma, para que ocorra a complexidade, temos que fazer acontecer a eliminação da simplicidade, isto é, da linearidade.

É importante levarmos em consideração que da complexidade emerge acesso à informação, uso e re-uso da informação, mudanças culturais, sociotécnicas, entre outros. Há a consolidação do documento eletrônico nas interfaces computacionais, dessa forma, há o rompimento com o

<https://doi.org/10.36311/2017.78-85-7983-904-7.p125-150>

tradicional suporte documental e com o desenho (*design*) da informação praticado durante séculos. Segundo Jorente (2014), a convergência no digital se dá por meio de duas camadas, isto é, na primeira camada estão os textos, imagens, vídeos e as imagens, já na segunda camada estão os códigos de representação/computação. Assim, presenciamos a transformação dos processos técnicos e criativos de concepção, configuração, armazenamento, utilização e preservação da informação. Além disso, presenciamos a convergência das informações através das estruturas sistêmicas complexas, como as ontologias, por exemplo; novas formas representacionais, como os modelos conceituais e os metadados; e as novas formas de apresentação da informação, como os sistemas de gestão da informação/interfaces tecnológicas

O documento de arquivo é repetidamente exposto para uma releitura da história, isto é, o arquivo é visto como evidência das transações e atos de agentes e organizações/instituições em determinados contextos. Em contrapartida, as tecnologias expressas através dos suportes, ubiquidade, simultaneidade, simulação/representação, hipertextualidade (links/caminhos), recontextualidade são os cenários que manifestam a complexidade e a convergência das informações nestes contextos.

Para os arquivistas, o terceiro paradigma da Ciência da Informação é o paradigma Pós-custodial, onde ocorre a contextualização e interatividade da representação e da própria informação, visto que as possibilidades tecnoculturais do indivíduo podem alterar o conteúdo e o contexto (RIBEIRO, 2010).

A complexidade está expressa na Ciência da Informação através da estrutura de informação em rede. Neste sentido, a ligação é o princípio organizador da complexidade e o acesso está na reprodutibilidade da informação. Os modelos conceituais arquivísticos entram em cena com o intuito de melhorar a representação da informação arquivística, ou seja, a representação das entidades arquivísticas, o acesso e a recuperação da informação através das estruturas e formulações semânticas oferecidas por tais modelos.

Diante do exposto, o objetivo deste capítulo é descrever e analisar conceitos e modelos conceituais de representação da informação arquivística, revisitando as normas de representação da informação (internacional, nacional e regional) a partir de um levantamento bibliográfico e revisão de literatura da área da Ciência da Informação, ou seja, da representação da informação nos contextos do paradigma pós-custodial da Ciência da Informação, assim como nos novos cânones publicados para a representação da informação no âmbito da Arquivologia. Iniciaremos a discussão com a conceituação da descrição arquivística. Em seguida, introduziremos o conceito de modelos conceituais e, por fim, descreveremos os modelos conceituais arquivísticos finlandês, australiano e espanhol presentes nos sistemas atuais de informação.

2 DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

Apesar da importância da descrição para os arquivos, por muito tempo esta atividade foi realizada sem se ter concebido seus fundamentos teóricos. No entanto, na atualidade muitos profissionais da informação associam a descrição com listas de referência, inventários, guias, índices e catálogos ignorando os princípios que regem a aplicação desses instrumentos. Além disso, o termo descrição é por vezes conhecido como a operação que facilita o acesso aos documentos e não a outras entidades de informação. Por conseguinte, é necessário analisar os aspectos teóricos que definem o conceito de descrição arquivística.

Desde a segunda metade dos anos 80 do século passado é possível notar uma mudança no conceito de descrição. Vários autores e organizações ligados a vários projetos de elaboração de normas apresentam definições que têm colocado mais ênfase na atividade (a representação dos fundos dos arquivos) do que no resultado final (os instrumentos de descrição, busca, consulta, pesquisa).

O *Bureau Canadien des Archivistes* foi uma das primeiras organizações que começou a redefinir esse conceito. Em 1986, ele definiu a descrição como “la representación más exacta y más concisa posible de

cualquier unidad archivística, elaborada siempre bajo el principio de origen y procedencia” (BONAL ZAZO, 2000, p. 159).

Outra definição observada nessa mudança foi a proposta por Michael Cook e Margaret Procter na segunda edição do *Manual of Archival Description*, no qual considerou-se que a descrição não é mais que a representação dos documentos utilizando descritores e, esta representação, na prática, se materializa nos sistemas ou instrumentos de busca (COOK; PROCTER, 1989).

In Information Theory, these descriptive substitutes are known collectively as the Representation file or files. In real life, representation files in an archival repository are components of a complex finding aid system, in which the individual finding aids take the form of catalogues, lists, inventories, calendars or guides (COOK; PROCTER, 1989, p. 6).

A partir dessas propostas e de outros estudos relacionados com a normalização, o Conselho Internacional de Arquivos (CIA), responsável pela normalização internacional da descrição, delimitou a definição de descrição como:

La creación de una representación exacta de una unidad de descripción y de las partes que la componen, en caso de haberlas, por el procedimiento de captación, cotejo, análisis y organización de cualquier información que sirva para identificar la documentación y explicar el contexto que la produjo (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 1993, p. 13).

O CIA na segunda versão da ISAD (G) estabelece que a descrição é:

La elaboración de una representación de la unidad de descripción y, en su caso, de las partes que la componen mediante la recopilación, análisis, organización y registro de la información que sirve para identificar, gestionar, localizar y explicar los documentos de archivo, así como su contexto y el sistema que los ha producido. El término también sirve para describir los resultados de este proceso (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 16).

Como pode ser visto, as definições propostas pelo CIA, nas duas versões de ISAD (G), são muito semelhantes uma a outra. A segunda edição enfatiza a importância de fornecer informações sobre o meio que os documentos são criados e, portanto, o seu produtor. Além disso, como nota explicativa, especifica que é possível obter vários instrumentos de consulta como resultado da atividade. Na primeira edição não se faz menção destes instrumentos, no entanto, nesta edição, pensou-se adequado fazer referência a eles como um dos possíveis resultados do processo, mas sem acrescentar mais conotação.

O CIA apresentou uma proposta com maior alcance e explícita de descrição arquivística. O ISAD (G) é focado mais na atividade e expressa que o importante é representar as informações contidas em todas as unidades de descrição; ou seja, não a limita apenas a unidades documentais ou a itens. Esta nova abordagem da descrição, com base na representação de conteúdo e contextos com a finalidade de obter várias saídas, se configura como uma extensão do objeto da descrição.

A principal atividade da descrição é representar, por meio de informações padronizadas, diversas entidades de descrição a fim de gerenciar, localizar, acessar e utilizar a informação arquivística. O centro não é o resultado da descrição, o que mostra que a descrição arquivística e instrumentos de descrição não são, necessariamente, conceitos inter-relacionados. Isto é, a descrição é definida sem os instrumentos, mas os instrumentos não podem ser entendidos sem a descrição, em outras palavras, é uma relação de uma só direção.

O paradigma pós-moderno contemporâneo define a descrição arquivística como representação. Como um conceito, a representação é amplamente utilizada e isso significa uma nova apresentação, re-presentation de algo. Modelos de descrição de todos os setores do patrimônio cultural possuem diferentes tipos de representações dos recursos de informação. O seu objetivo comum é oferecer acesso a recursos de informação que eles preservam. Quando a descrição arquivística é definida como representação, a descrição não é entendida apenas como uma entrada neutra

de fatos objetivos que descrevem os recursos de informação. Ao invés disso, a descrição arquivística é reconhecida como uma interpretação, que é sempre produzida a partir de um determinado ponto de vista do mundo. Como uma representação, a descrição é entendida como um contínuo no tempo, um processo que é continuamente complementado por agentes que produzem e gerenciam os recursos de informação, por profissionais que são responsáveis pelos sistemas de gestão, bem como pelos usuários dos recursos de informação (ARKISTOLAITOS, 2013).

É importante ressaltarmos que, segundo a CNEDA (2012), em um sistema de descrição arquivística podem existir diferentes tipos de representacionais:

- Descrições de documentos de arquivo;
- Descrições dos agentes;
- Descrições de funções e suas divisões;
- Descrições das normas, que constituem representações das normas;
- Descrições de conceitos, objetos e acontecimentos; e
- Descrições de lugares.

O modelo conceitual é o mais alto nível de abstração no sistema de representação. Ele representa a própria descrição arquivística em si, considerando que um sistema de representação modela e conceitua os recursos de informação. Na descrição arquivística, o foco da representação tem sido sempre na ligação do recurso de informação com o seu contexto. Tradicionalmente, a proveniência arquivística é entendida como uma relação unidimensional, do criador do registro para uma entidade arquivística. Quando a proveniência arquivística de materiais analógicos é mantida, a estrutura do material, seus limites físicos e sua ordem interna sempre é significativa. Descrição de arquivo tem sido uma representação desta estrutura física. No ambiente digital, a proveniência é, ao invés disso, entendida como uma entidade conceitual e como uma rede multilateral e contextual das relações.

Proveniência é a relação entre o recurso de informação e as funções que ele documenta, bem como a relação entre o recurso de informação e todos os agentes em diferentes papéis, que participam na produção, gestão e uso do recurso de informações em diferentes estágios de seu ciclo de vida. Dependendo das características do recurso de informação, o contexto das atividades ou o contexto dos agentes podem ser representados como uma proveniência primária na descrição (ZHANG, 2012; ARKISTOLAITOS, 2013).

Padilha, Baião e Revoredo (2012, p. 8) define os modelos conceituais como “artefatos produzidos com o objetivo de representar uma porção da realidade segundo uma determinada conceituação”.

Um conceito é uma rede de padrões de inferências, associações e relacionamentos que são predicados ou ditos de outra forma trazidos em cena através do ato da categorização [...] a cristalização ou formalização do pensamento inferencial, nascida da percepção sensorial, condicionada pela operação do cérebro humano e delineada pela experiência humana. Ela repousa na fundamentação de todo pensamento, mas ela é pragmática e instrumental. É permanente e efêmera. Permanente, porque sem ela, a cognição é impossível; efêmera porque ela pode ser rejeitada quando sua utilidade é esgotada (SHERA, 1957 apud ALVARENGA, 2001, p. 33).

Teixeira (2009) apud Altounian (2013) afirma que o processo de conceitualização diz respeito à criação de um modelo conceitual, quando o modelador faz abstrações ao tentar representar a parte da realidade que lhe interessa. Ao criar modelos é preciso privilegiar as características mais importantes, que podem variar de um grupo para outro. Assim, podem existir diferentes modelos para representar a mesma realidade. Em suma, modelos conceituais são artefatos produzidos com o objetivo de representar uma determinada porção da realidade segundo uma determinada conceituação.

3 MODELO CONCEITUAL DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

A descrição arquivística nos tempos do paradigma pós-custodial deve consolidar suas bases teóricas a partir de modelos conceituais.

Mas o que é um modelo conceitual? “Un modelo conceptual es una técnica formal para la representación entre los principales conceptos y relaciones en un ámbito dado del conocimiento.” (GUEGUEN et al., 2013, p. 9).

De acordo com a Comisión de Normas Españolas de Descripción Archivística (CNEDA), um modelo conceitual de descrição arquivística é:

La representación de la realidad a un alto nivel de abstracción en el que quedan descritos los tipos de entidad archivísticos, sus relaciones y atributos” (Comisión de Normas Españolas de Descripción Archivística, 2012, p. 19). A su vez, una entidad, según esta comisión, es “cualquier objeto real o abstracto que existe, ha existido o puede llegar a existir (CNEDA, 2012, p. 18).

Em suma, um modelo conceitual de descrição arquivística é uma modelagem de dados que devem especificar os tipos de entidades a descrever, as relações entre as entidades e seus atributos. Os modelos conceituais de descrição arquivística são baseados no modelo *entidade-relacionamento* (E-R), que surgiu a partir do desenvolvimento das tecnologias de bases de dados e criado por Peter P. Chen em 1976.

No final de 2012, o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) criou o Grupo de Especialistas em Descrição Archivística (EGAD) e encomendou um modelo conceitual de descrição arquivística baseado nos quatro padrões do ICA (ISAD, ISAAR, ISDF, ISDIAH). A modelagem conceitual é uma técnica formal para representar os principais conceitos e relacionamentos em uma determinada área do conhecimento. O EGAD está desenvolvendo um modelo conceitual de dados para descrição arquivística que identifique e defina os elementos essenciais da descrição arquivística e suas inter-relações, a fim de promover a compreensão internacional comum, facilitar o desenvolvimento da próxima geração de sistemas de arquivos, uma maior colaboração regional, nacional e internacional, como também a colaboração com as comunidades aliadas do patrimônio cultural – Bibliotecas e Museus. Em 2016, o modelo conceitual arquivístico final será publicado como um documento formal, incluindo texto e diagramas,

bem como a representação formal em OWL (*Web Ontology Language*). (GEGUEN, 2013; BOLÍVAR, 2014)

Para uma ampla aceitação, segundo Pitti et al. (2014), o modelo conceitual arquivístico deve atender as necessidades profissionais, refletir os princípios fundamentais subjacentes à descrição arquivística e responder aos desafios que enfrenta atualmente a profissão. Os quatro padrões do CIA existentes para descrição arquivística possuem certas limitações:

- Os princípios e conceitos da Arquivologia não são sempre bem definidos sendo, portanto, difícil de definir entidades arquivísticas e de criar relações entre elas;
- É complicado acomodar as tradições nacionais;
- Eles não suportam todo o potencial das tecnologias de comunicação atuais e emergentes;
- Por sua vez, se faz com que seja difícil trabalhar cooperativamente dentro da comunidade arquivística ou com as comunidades aliadas.

É importante mencionarmos que os padrões do CIA têm feito parte deste movimento dinâmico na tentativa de diferenciar os componentes de descrição arquivística (documentos de arquivo, agentes e funções). No entanto, as normas são limitadas em sua capacidade de expressar toda a gama e complexidade da compreensão arquivística, ou seja, dos registros, seu contexto, as relações entre os registros e seu contexto, bem como entre os próprios registros (GEGUEN, 2013; PITTI et al., 2014; BOLÍVAR, 2014).

Proteger a natureza orgânica dos registros, preservar o contexto original da sua criação e utilização, bem como a sua história, a fim de que eles possam ser entendidos, são responsabilidades que distinguem os arquivistas de outros profissionais da informação. Neste contexto, a comunidade arquivística deve desenvolver um modelo conceitual que aborde os princípios e as necessidades dos arquivistas, reflita os princípios básicos subjacentes à descrição arquivística e responda aos atuais desafios da

profissão. Os materiais de arquivo não nascem como materiais culturais, mas sim como um resultado do desenvolvimento das tarefas realizadas por indivíduos, famílias ou instituições. A sequência/sucessão dos documentos de arquivo gerados por um produtor proporcionam informação das atividades realizadas, refletem o contexto em que foram criados e apresentam conexões entre eles. A proteção destas características próprias do documento de arquivo é o trabalho do arquivista (GEGUEN, 2013; PITTI; et al., 2014; BOLÍVAR, 2014).

The archival conceptual model encompasses the records as such, as well as a description of the context of their origin and enduring existence. Records in Context necessarily places records in a vast network of the people (individuals and groups) that created, used, and managed and continue to manage them, of other records related in a host of different ways, of business and work activities documented in them, and of rules that govern these activities. Further, by embodying an accurate articulation of context, Records in Context promotes interrelating archival records with other cultural heritage resources, discovering and expressing new connections within and without the records, and making archival descriptive data available to be used in ways not envisioned by the creators of that data (PITTI et al., 2014, p. 5).

Os sistemas digitais e as ferramentas para gerenciar e descrever registros e arquivos apoiam a adoção de visualizações mais dinâmicas. Da mesma forma, as tecnologias de comunicação emergentes fornecem aos arquivistas os meios para expressar a descrição arquivística em uma rede de dados inter-relacionados mais semanticamente precisa e logicamente estruturada, que possam ser computacionalmente exploradas. O modelo conceitual arquivístico irá, dessa forma:

- Identificar e definir os componentes essenciais de descrição arquivística e suas inter-relações;
- Promover uma compreensão compartilhada da descrição arquivística;
- Posicionar a comunidade arquivística para aproveitar ao máximo as oportunidades proporcionadas pelas tecnologias de comunicação atuais e emergentes;

- Facilitar o trabalho cooperativo dentro da comunidade arquivística, bem como com as comunidades aliadas do patrimônio cultural e usuários acadêmicos e não-acadêmicos, em uma busca compartilhada para proporcionar maior acesso e compreensão do registro humano; e
- Respeitar os princípios tradicionais da descrição arquivística, bem como abrir caminho para novos entendimentos (GEGUEN, 2013; PITTI et al., 2014; BOLÍVAR, 2014).

4 O MODELO CONCEITUAL FINLANDÊS

O objetivo do *Modelo Conceitual Finlandês para Descrição Arquivística* é harmonizar a descrição dos diferentes tipos de material de arquivo: registros e outros tipos de material de arquivo; material de arquivo tradicional e digital e descrição; e, material de arquivo digital em diferentes fases do ciclo de vida dos documentos. Os dados e metadados são fornecidos como *Linked Open Data* (LOD) que permite aos usuários criar diversos serviços, e, é importante enfatizar, que os usuários são vistos como participantes ativos na descrição arquivística. É importante ressaltarmos que a base teórica do modelo conceitual está na noção de proveniência paralela. A proveniência não é um relacionamento um-para-um entre o material e a organização que o criou ou tem a guarda sobre ele. Em vez disso, a proveniência é vista como uma relação mais complexa, por um lado entre material de arquivo e as funções que ele documenta, por outro lado, entre o material e o agente que participou da sua criação. Aqui é levado em conta o papel da instituição de depósito e o papel dos usuários em diferentes fases do ciclo de vida dos documentos na formação dos arquivos (KILKKI; OUTI; PEKKA, 2012; ARKISTOLAITOS, 2013).

A descrição arquivística finlandesa é definida como uma abordagem conceitual voltada para o material, independentemente da sua forma e tipo, fase do ciclo de vida e instituição de custódia. A descrição se baseia em um modelo conceitual que descreve as principais entidades de descrição arquivística e suas respectivas relações. Ela separa a descri-

ção do material da descrição do seu contexto (compara com a descrição do material de patrimônio cultural), bem como separa a descrição de contexto da descrição de conteúdo compara com a descrição do material bibliográfico) (KILKKI; OUTI; PEKKA, 2012; ARKISTOLAITOS, 2013).

The conceptual model connects different metadata models for the description of archival material in different phases of its life-cycle, and for bibliographic and museum materials. It takes into account the ICA standards ISAD(G), ISAAR, ISDF, as well as the ISO (SFS) standards 23081 and 15489. The national specifications and guidelines used are Sähke2 and JHS 143 which concentrate on electronic material. Of them, the JHS 143 has close connections to the British eGMS and Australian RKMS standards. There are also links to the standards concerning material or bibliographic cultural heritage, Cidoc CRM and FRBR (KILKKI; OUTI; PEKKA, 2012, p. 6).

Como a descrição arquivística é definida como um modelo conceitual, o material pode ser descrito de acordo com diversos modelos de metadados, o que torna o modelo flexível e ajustável às necessidades de diferentes materiais e organizações arquivísticas. As definições das principais entidades vão, no entanto, permitir a harmonização de modelos de metadados e práticas de descrição em diferentes organizações arquivísticas. Neste sentido, o modelo conceitual finlandês para descrição arquivística difere dos modelos internacionais, uma vez que ele modela a descrição arquivística e não o material de arquivo. Nas normas arquivísticas internacionais, o material de arquivo é visto principalmente como registro, que modela a sua representação na descrição. No modelo conceitual finlandês, a descrição arquivística é, em contrapartida, percebida a partir de um ponto de vista que inclui a proveniência como uma parte essencial da descrição. O modelo conceitual não define a forma documental do recurso de informação que está sendo descrito ou em que ponto do seu ciclo de vida a descrição ocorre. No modelo conceitual finlandês, a descrição arquivística é vista como representação das relações multilaterais entre as entidades de recursos de informação e entidades de contexto, bem como a representação das alterações espaciais e temporais que ocorrem ou ocorreram nesses relacionamentos. A função mais

importante do modelo conceitual é reconhecer e descrever as entidades-chave de contexto na descrição arquivística, bem como as relações entre as entidades de contexto com alto nível de abstração (KILKKI; OUTI; PEKKA, 2012; ARKISTOLAITOS, 2013).

The Finnish conceptual model of archival description is based on the analysis of international and national standards. The main standards used are ICA standards ISAD(G), ISAAR(CPF) and ISDF as well as ISO 23081:2 Metadata for Records: Part 2. Conceptual and implementation issues (2007). The core entities of the conceptual model are Function, Agent and Information Resource. These are included in the ICA standards and the ISO 23081-2 standard, named slightly differently, however. In addition, the conceptual model of ISO 23081-2 includes entities Recordkeeping Business and Mandate, which have also been included in the Finnish conceptual model. Recordkeeping Business is named as LifeCycle Event. The other entities Place, Temporal Event and Subject have been included in the conceptual model, because they are included in the conceptual model Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR 2008) which RDA is based on, and the standard ISO 21127 A Reference ontology for the interchange of cultural heritage information (CIDOC CRM 2006). (ARKISTOLAITOS, 2013, p. 12-13).

As entidades *Agent*, *Place*, *Temporal Event* e *Subject* também estão incluídas nos modelos conceituais de descrição em outros setores do patrimônio cultural. Portanto, essas entidades fazem parte do núcleo, onde o desenvolvimento da consistência semântica da descrição arquivística com outros setores do patrimônio cultural vai melhorar a disponibilidade e a usabilidade do material de arquivo. No modelo conceitual de descrição arquivística, *Agent* representa as organizações/instituições, as famílias e as pessoas que têm uma relação contextual com o recurso de informação que está sendo descrito. De um ponto de vista prático, *Place* e *Temporal Event* compreendem os metadados de descrição de conteúdo do recurso de informação, como é o caso no modelo FRBR da IFLA. No entanto, no modelo conceitual da descrição arquivística eles representam a realidade histórica em que os agentes levaram a cabo as suas atividades. A terceira entidade de descrição de conteúdo, *Subject*, representa qualquer tópico

(conceitual ou físico), que o recurso contenha informações sobre ele, mas não tem nenhuma relação contextual com o recurso de informações. Estas três entidades são também reconhecidas internacionalmente como entidades fundamentais na descrição do conteúdo de arquivo (KILKKI; OUTI; PEKKA, 2012; ARKISTOLAITOS, 2013).

Tabela 1 - Entidades e Relacionamentos das entidades do modelo conceitual finlandês.

Entities

A1 Subject
A2 Temporal Event
A3 Lifecycle Event
A4 Expression
A5 Mandate
A6 Past Lifecycle Event
A7 Place
A8 Planned Lifecycle Event
A9 Function
A10 Agent
A12 Manifestation
A13 Item
A14 Information Resource

Relationships of entities

S1: A5 Mandate – defines – A10 Agent
S2: A5 Mandate – guides – A9 Function
S3: A10 Agent – is responsible – A9 Function
S4: A10 Agent – has relationship – A10 Agent
S5: A10 Agent – is – A7 Place
S6: A10 Agent – is involved – A3 Lifecycle Event
S7: A9 Function – is documented – A14 Information Resource
S8: A14 Information Resource – has relationship – A14 Information Resource
S10: A4 Expression – is about – A1 Subject
S11: A10 Agent – is involved – A2 Temporal Event
S12: A7 Place – is located – A2 Temporal Event
S14: A10 Agent – has relationship – A4 Information Resource
S15: A3 Lifecycle Event – is targeted – A14 Information Resource
S16: A9 Function – has relationship – A9 Function

Fonte: ARKISTOLAITOS, 2013.

A entidade *Information Resource* está incluída no modelo conceitual de descrição em todos os setores do patrimônio cultural. No modelo conceitual de descrição arquivística, *Information Resource* é representado através das entidades *Expression*, *Manifestation* e *Item*, de

forma consistente ao modelo FRBR. *Expression* representa a descrição do recurso de informação como um conteúdo conceitual, *Manifestation* como uma estrutura ou aparência da *Expression* e *Item* como uma entidade física ou outro tipo de entidade de que possa ser percebida. Tradicionalmente, material de arquivo tem sido percebido como único: existente apenas em uma forma física de cada vez. No entanto, a distinção conceitual feita na descrição bibliográfica tornar-se-á indispensável, também, na descrição arquivística, já que haverá várias cópias digitais do mesmo material, com necessidade de contínua conversão e atualização, em diversas organizações/instituições (KILKKI; OUTI; PEKKA, 2012; ARKISTOLAITOS, 2013).

As entidades *Function*, *Lifecycle Event* e *Mandate*, por sua vez, não estão incluídas nos modelos conceituais de outros setores do patrimônio cultural e elas são as entidades essencialmente de arquivo. *Function* representa aquelas atividades que os recursos de informação documentam. *Mandate* representa os regulamentos e políticas que autorizam as funções dos agentes. *Lifecycle Event* representam as ações da gestão de documentos de arquivo (*recordkeeping*) que foram planejadas (*Planned Event*) ou que tenham sido realizadas de forma controlada (*Past Event*) em diferentes fases do ciclo de vida dos recursos de informação. Estas entidades representam a descrição dos registros e apontam que as diferenças entre a descrição arquivística e descrição dos outros setores do patrimônio cultural estão, essencialmente, ligadas nas representações de registros. Representação de outros tipos de material de arquivo pode, na prática, ser muito consistente com os modelos de descrição de outros setores do patrimônio cultural. (KILKKI; OUTI; PEKKA, 2012; ARKISTOLAITOS, 2013).

6 O MODELO CONCEITUAL AUSTRALIANO

O modelo australiano (*Australian Government Recordkeeping Metadata Standard - AGRkMS*) permite a descrição de cinco entidades envolvidas na gestão de documentos de arquivos (*recordkeeping*): *Record*, *Agent*, *Business*, *Mandate* e *Relationship*. Entidades são descritas pelas pro-

priedades. É importante ressaltarmos que o modelo possui 26 propriedades, das quais oito são obrigatórias para implementações de entidades múltiplas. Além disso, 12 propriedades são condicionais, e outras seis são opcionais. Muitas das propriedades compreendem um número de sub-propriedades, algumas obrigatórias, algumas condicionais e algumas opcionais. Neste sentido, há um total de 44 sub-propriedades (AGRKMS, 2008; AGRKMS, 2011).

É importante ressaltarmos que o AGRKMS foi projetado para descrever não só registros, mas também outras entidades (*agents, business and mandates*) que fornecem o contexto necessário para os registros, bem como as relações entre eles. A adoção desta norma permitirá à administração o acesso e a compreensão dos registros que documentam os negócios de uma agência/governo ao longo do tempo. Esta norma descreve os mínimos metadados necessários para garantir que os registros permaneçam acessíveis e utilizáveis ao longo do tempo. Ele também descreve alguns dos metadados necessários para gerenciar a preservação de registros digitais referentes às necessidades de negócios das agências/governos ou quando esses registros são mantidos em um arquivo digital (AGRKMS, 2008; AGRKMS, 2011).

De acordo com o AGRKMS (2008, p. 11), um componente central da abordagem de entidades múltiplas desta norma é o uso da entidade-relacionamento para descrever eventos. A entidade-relacionamento:

- Liga duas ou mais instâncias de entidades relacionadas (por exemplo, uma série de registros identificados como ‘A3525’, e pertence a uma organização chamada “IP Australia “, com uma organização chamada ‘ National Archives of Australia ‘); e
- Fornece informações sobre o evento ou ação em que essas instâncias da entidade foram relacionadas (no exemplo acima, “pertence” e “transfere”).

Em implementações de entidades múltiplas as propriedades obrigatórias devem ser aplicadas a todas as entidades relevantes para assegurar

que as descrições sejam completas, precisas, confiáveis e utilizáveis. Dessa forma, cinco diferentes entidades, conforme detalhado na Tabela 2, podem ser descritas utilizando um conjunto de metadados (AGRKMS, 2008; AGRKMS, 2011).

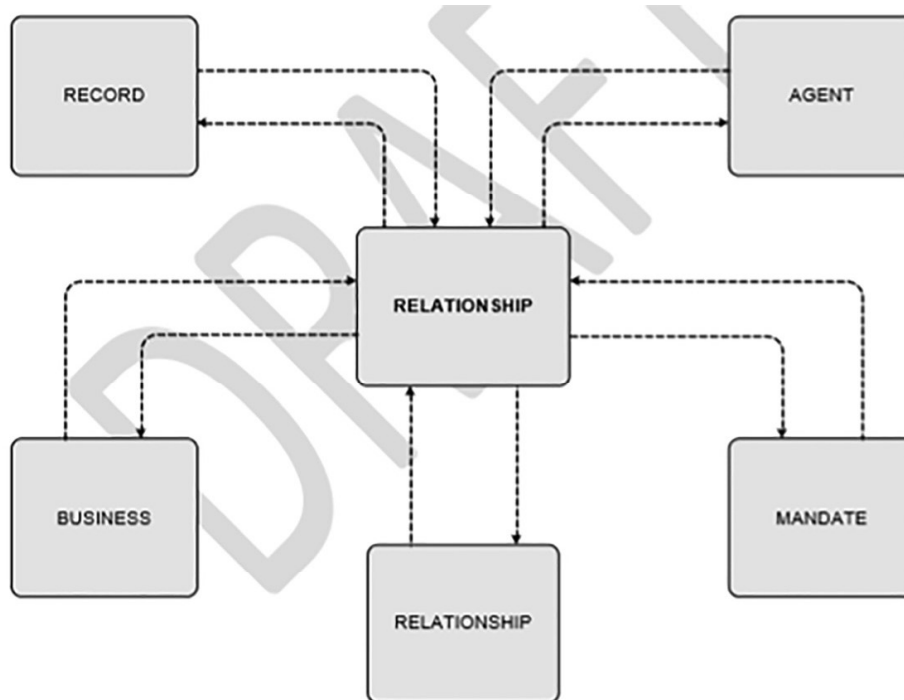
Tabela 2 - As cinco entidades do modelo conceitual australiano

Entity Type Name	Description
Record	Information in any format created, received and maintained as evidence by an organisation or person, in pursuance of legal obligations or in the transaction of business. A record may comprise an electronic or paper-based document or group of aggregated documents. (Adapted from AS ISO 15489.1:2002)
Agent	A corporate entity, organisational element or system, or individual responsible for the performance of some business activity, including actions on records.
Business	A business function, activity or transaction performed by, or assigned to, an organisation or its employees.
Mandate	A source of business requirements, including recordkeeping requirements.
Relationship	An association between two or more entities that has relevance in a business and/or recordkeeping context.

Fonte: AGRKMS, 2008, p. 13.

A abordagem de entidades múltiplas da norma permite que criemos uma descrição de metadados para uma entidade (por exemplo, *Agent*) apenas uma vez e reutilizar a descrição várias vezes, sempre que ela estiver relacionada a uma outra entidade (por exemplo, *Record*). A descrição de metadados para a entidade pode então ser reutilizada cada vez que a entidade que ela representa estiver envolvida em outra ação ou evento da gestão de documentos de arquivo (*recordkeeping*). Nesta abordagem, a entidade de relação (*Relationship*) é a cola que permite que as duas entidades (por exemplo, *Agent* e *Record*) sejam relacionadas (AGRKMS, 2008; AGRKMS, 2011).

Figura 1 - Relacionamentos entre as entidades do modelo conceitual australiano



Fonte: AGRKMS, 2011, p. 8

A figura 1 mostra como as cinco entidades podem ser relacionadas no modelo AGRKMS. A entidade *Relationship* é a entidade chave. Qualquer entidade pode ser relacionada com qualquer outra entidade através da entidade *Relationship*. As linhas pontilhadas indicam as ligações, via *Relationship*, entre as diferentes entidades do modelo. Neste sentido, instâncias da mesma entidade também podem ser relacionadas. Tenhamos como exemplo onde os documentos (*Records*) estão relacionados com outros arquivos ou pastas (outros *Records*), ou onde as pessoas (*Agents*) estão relacionadas com organizações (outros *Agents*). Além disso, relações (*Relationships*) podem, também, estar relacionadas com outras relações (*Relationships*), como mostrado na figura 1. A autorização para um evento empresarial em particular, por exemplo, pode ser mostrada ao relacionar uma relação ‘autoriza’ a um relacionamento ‘evento específico’. Este modelo de relacionamento permite que os usuários incluam um alto nível de descrição contextual na gestão de documentos de arquivo (*recordkeeping*) (AGRKMS, 2008; AGRKMS, 2011).

7 O MODELO CONCEITUAL ESPANHOL

Em 2012, a Comissão de Normas Espanholas de Descrição Arquivística (CNEDA) apresentou o Modelo Conceptual de Descripción Archivística y Requisitos de Datos Básicos de las Descripciones de Documentos de Archivo, Agentes y Funciones (MCDA). O modelo conceitual é baseado em seis tipos de entidades. Estas entidades arquivísticas existem de forma independente em um sistema de descrição arquivística, entretanto, é através do relacionamento estabelecido entre elas que o sistema é enriquecido, fornecendo informações sobre os documentos de arquivo e sobre o contexto da sua criação, organização e custódia. Sobre o modelo pode-se afirmar que:

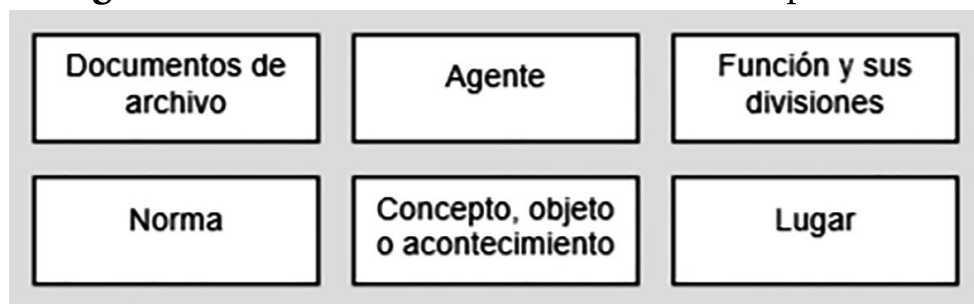
- os documentos de arquivo, que constituem a entidade principal dos sistemas de descrição arquivística;
- os agentes, cujas descrições explicam o contexto dos documentos de arquivo (instituições, pessoas e famílias);
- as funções (atividades) realizadas pelos agentes do arquivo;
- as normas de qualquer tipo que regulam as entidades incluídas no modelo;
- os lugares relacionados de uma maneira ou outra com os documentos de arquivo; e
- os materiais (coisas), denominados Conceito, Objeto ou Acontecimento relacionados com os documentos de arquivo (CNEDA, 2012; BOLÍVAR, 2014).

A prioridade de desenvolver o modelo conceitual constitui um claro reflexo da transição que tem ocorrido nos últimos anos a partir de uma descrição unidimensional de arquivo, focado quase que exclusivamente nas representações dos registros/documentos de arquivo, outra multidimensional, que visa a criação e manutenção de descrições de diferentes tipos de entidade (documentos de arquivo, agentes, funções, etc.) e suas inter-relações. Neste sentido, o objetivo do modelo conceitual de descrição arquivística espanhol é descrever:

- Os diferentes tipos de entidades de um sistema de descrição arquivística;
- As relações que ocorrem entre eles;
- Os requisitos básicos de informação para as descrições das entidades; e
- As normas relativas a entrada e saída de dados (CNEDA, 2012; BOLÍVAR, 2014).

Como é demonstrado na figura 2, o modelo espanhol possui seis entidades principais: documento de arquivo; agente; função e suas divisões; norma; conceito, objeto ou acontecimento; e lugar.

Figura 2 - Entidades do modelo conceitual espanhol

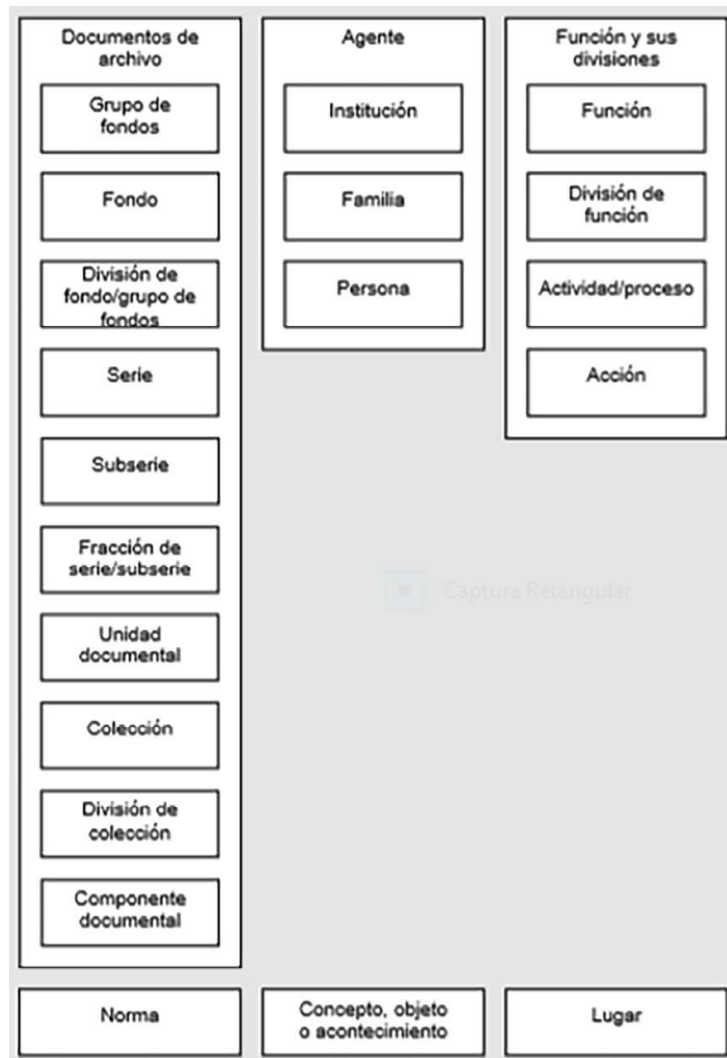


Fonte: CNEDA, 2012, p. 24

A entidade Documentos de Arquivo refere-se ao objeto tangível da gestão documental, a qual constitui o centro de atenção da Arquivologia. A entidade Agente refere-se aos agentes/atores responsáveis ou participantes na criação, produção, gestão documental dos documentos de arquivo. A entidade Função e Divisões refere-se às funções, atividades, processos e ações realizadas pelos agentes, que estão registradas nos documentos de arquivo. Já a entidade Norma refere-se às disposições, regulamentos que regulam a existência dos agentes, das funções que eles realizam ou os documentos de arquivo. A entidade Conceito, Objeto ou Acontecimento refere-se às ideias ou noções abstratas, coisas materiais, eventos ou acontecimentos de que tratam os documentos. Por fim, a entidade Lugar refere-se aos espaços determinados (de que tratam os documentos de arquivo, onde outorgam os documentos de arquivo, etc) (CNEDA, 2012).

É importante ressaltarmos que as entidades agente, função e suas divisões, e norma, são muitas vezes consideradas ‘tipos contextuais’ porque estes tipos de entidades habitualmente fornecem o contexto orgânico, funcional e normativo da criação, produção, gestão, etc. dos documentos de arquivo. No entanto, os agentes funções e divisões e norma podem, também, estar ligados às entidades documentais de acordo com um tipo de relacionamento diferente ao de ‘criação, produção, gestão, etc.’, ao de ‘testemunho’ (origem funcional) ou ao de ‘regulação’, por exemplo, de acordo com o tipo de relação de ‘materiais’ (coisas) (CNEDA, 2012).

Figura 3 - Tipos de entidade e subtipos de entidade identificados no modelo conceitual espanhol



Fonte: CNEDA, 2012, p. 25.

A figura 3 apresenta subtipos de entidades vinculadas às entidades principais, ou seja, diferentes subclasses de ‘objetos’:

- Dez subtipos do tipo de entidade de documentos de arquivo: grupo de fundos, fundos, divisão de fundos/grupo de fundos, séries, subsérie, fração série/subsérie, unidade documental, coleção, divisão de coleção e item documental.
- Três subtipos do tipo de entidade agente: instituição, família e pessoa.
- Quatro subtipos do tipo de entidade função e suas divisões: função, divisão de função, atividade/processo e ação (CNEDA, 2012).

As entidades que pertencem a um dos seis tipos identificados neste modelo podem ser representadas pelas descrições independentes, mas interligadas dentro de um sistema de descrição arquivística. Neste sentido, a descrição de uma entidade particular, mesmo que relacionada com outras descrições, é criada e mantida separadamente, para evitar a repetição de informações dentro do sistema, melhorar a busca e recuperação de informações, etc. É importante ressaltar que os seis tipos de entidades principais (documentos de arquivo, agentes, função e suas divisões, normas, lugares, e conceito, objeto ou acontecimento) identificadas no modelo são obrigatórios (CNEDA, 2012).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela primeira vez a sociedade ocidental não está produzindo, gerenciando e/ou salvando objetos físicos ou artefatos, mas sim tentando compreender e preservar padrões lógicos e virtuais que dão à informação a sua estrutura, o seu conteúdo e o seu contexto e, portanto, o seu significado como uma evidência de atos e transações (COOK, 2001).

Diante deste novo paradigma pós-custodial da Ciência da Informação, os profissionais da informação necessitam mudar o foco:

- da informação para a busca do conhecimento e da compreensão;
- das bases de dados para as bases de conhecimento, para a recontextualização das atividades;
- do conteúdo para o contexto;
- do resultado final para a intenção inicial de empoderamento;
- do artefato (o arquivo, o livro, o objeto museológico) para o processo de criação atrás dele;
- para as ações, programas e funções por trás daqueles processos;
- dos substantivos para os verbos (Ex: Propriedades das Ontologias e dos Modelos Conceituais); e
- do texto para o contexto por trás ou através do texto ou da imagem (RIBEIRO, 2010).

A Teoria da Complexidade e suas metodologias auxiliam na compreensão da curadoria e da pós-curadoria ao manifestar a ideia de interações dos ambientes e contextos do material arquivístico. Neste cenário, a ligação é o princípio organizador da complexidade e o acesso está na reprodutibilidade da informação. Os modelos conceituais arquivísticos entram em cena com o intuito de melhorar a descrição arquivística, ou seja, a representação das entidades arquivísticas, o acesso e a recuperação da informação através de formulações semânticas e contextuais oferecidas por tais modelos.

Um próximo passo a se seguir nesta pesquisa é estudar a implementação dos modelos conceituais arquivísticos através das ontologias e, além disso, harmonizar os modelos conceituais arquivísticos no âmbito da ontologia FRBRoo/CIDOC CRM, para fins de integração de sistemas heterogêneos do patrimônio cultural, visto que não podemos dissociar a informação arquivística da informação do patrimônio cultural, onde estão inseridos, também, as informações e representações dos museus e das bibliotecas.

REFERÊNCIAS

- AGRKMS. **Australian government recordkeeping metadata standard implementation guidelines**. Canberra: National Archives of Australia, 2011. Disponível em: <http://www.naa.gov.au/Images/AGRkMS%20Implementation%20Guidelines_tcm1650156.pdf>. Acesso em: 30 out. 2015.
- AGRKMS. **The Australian government recordkeeping metadata standard version 2.0**. Canberra: National Archives of Australia, 2008. Disponível em <http://www.naa.gov.au/Images/AGRkMS_Final%20Edit_16%2007%2008_Revised_tcm1647131.pdf>. Acesso em: 30 out. 2015.
- ALTOUNIAN, M. M. A. **Modelo conceitual para uma ontologia de Licitações e Contratos Administrativos**: proposta de metodologia para o Tribunal de Contas da União. 2013. 73 p. Monografia (Especialização em Arquitetura e Organização da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Brasília, 2013.
- ALVARENGA, L. Representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação em tempos e espaços digitais. **Enc. Bibli. R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, v. 8, n. 15, 2001. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/97/5233>>. Acesso em: 25 jun. 2012.
- ARKISTOLAITOS, Arkivverket. **Finnish Conceptual Model for Archival Description**. Rauhankatu, 2013. Disponível em: <http://www.arkisto.fi/uploads/Arkistolaitos/Teht%C3%A4v%C3%A4t%20ja%20toiminta/Hankeet/AHAA/The%20Finnish%20Conceptual%20Model%20of%20Archival%20Description_text.pdf>. Acesso em: 27 out. 2015.
- BOLÍVAR, M. J. **Modelo conceptual de descripción archivíst**. Madrid: Comisión.
- BONAL ZAZO, J. L. **La descripción archivística normalizada**: origen, fundamentos, principios y técnicas. Gijón: Trea, 2000.
- CNEDA, Comisión de Normas Españolas de Descripción Archivíst. **Modelo conceptual de descripción archivíst y requisitos de datos básicos de las descripciones de documentos de archivo, agentes y funciones**. Madrid, 2012. Disponível em: <http://www.mcu.es/archivos/docs/NEDA_MCDA_P1_P2_20120618.pdf>. Acesso em: 28 out 2015.
- _____. **Report on the work of CNEDA (2007-2012)**: toward a conceptual model for archival description in Spain. Madrid, 2012. Disponível em: <http://www.mcu.es/archivos/docs/MC/CNEDA/ReportCNEDA_11_07_2012.p>. Acesso em: 28 out. 2015.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAAR (CPF)**: norma internacional sobre los registros de autoridad de archivos relativos a instituciones, personas y familias. 2. ed. Madrid: Dirección General del libro, Archivos y Bibliotecas, Subdirección General de los Archivos Estatales, 2004. Versión adoptada para el español. Disponível em: <https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/58658/ISAAR__CPF__Norma_Internacional_sobre_los_Registros_de_Autoridad_de_Archivos_relativos_a_Instituciones_Personas_y_Familias.pdf>. Acesso em: 30 out. 2015.

_____. **ISAD (G): norma internacional general de descripción archivística.** 2. ed. Madrid: Dirección General del libro, Archivos y Bibliotecas, Subdirección General de los Archivos Estatales, 1999. Versión adoptada para el español. Disponible em: <[http://www.arnac.culwp-content/uploads/2010/06/ISAD\(G\)es-%202000.pdf](http://www.arnac.culwp-content/uploads/2010/06/ISAD(G)es-%202000.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2015.

_____. **ISDF: Norma Internacional para la descripción de funciones.** 1. ed. Dresde, Madrid: Dirección General del libro, Archivos y Bibliotecas, Subdirección General de los Archivos Estatales, 2007. Versión adoptada para el español. Disponible em: <http://www.mecd.gob.es/cultura-mecd/dms/mecd/cultura-mecd/areas-cultural/archivos/recursos-profesionales/normas-archivists/ISDF_ESP_definitiva.pdf>. Acesso em: 30 out. 2015.

_____. **ISDIAH: norma internacional para describir instituciones que custodian fondos de archivo.** Paris: El Comité del CIA de Buenas Prácticas y Normas, 2008. Versión adoptada para el español. Disponible em: <<http://www.aefp.org.es/NS/Documentos/NormasDescriptivas/ISDIAH.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2015.

COOK, M.; PROCTER, M. **Manual of archival description.** 2. ed. Aldershot: Gower, 1989.

COOK, T. **Archival Science and postmodernism: new formulations for old concepts.** Archival Science, v. 1, n. 1, p. 59-81, 2001.

EGAD. **The Expert Group on Archival Description.** Paris: International Council Archives, [201-?]. Disponible em: <<http://www..org/13799/the-experts-group-on-archival-description/about-the-egad.html>>. Acesso em: 30 nov 2015.

GUEGUEN, G. et al. Para um modelo conceitual internacional de descrição arquivística. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 100-116, jul./dez., 2013.

JORENTE, M. J. V. Design da Informação, linguagens convergentes e complexidade na rede social e ambiente digital do Facebook. **Informação & Tecnologia**, João Pessoa, v. 1, n. 1, jan./jun., 2014. Disponible em: Acesso em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/itec/article/view/19631/10976>>. Acesso em: 20 out. 2015.

KILKKI, J.; OUTI, H.; PEKKA, H. **Towards the new era of archival description - the Finnish Approach.** Paris: International Council Archives, 2012. Disponible em: <<http://2012..org/files/pdf/Full%20papers%20upload/12Final00361.pdf>> Acesso em: 20 out. 2015.

PADILHA, N.; BAIÃO, F.; REVOREDO, K. Ontologias de fundamentação apoiando o alinhamento de ontologias de domínio. 2012. In: SIMPÓSIO

BRASILEIRO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (SBSI) E WORKSHOP DE TESIS E DISSERTAÇÕES EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (WTDSI) 8., 5., 2012, São Paulo. **Anais eletrônicos...**São Paulo: USP, 2012. Disponible em: <<http://www.lbd.dcc.ufmg.br/colecoes/wtdsi/2012/002.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2012.

PITTI, D. et al. **Experts group on archival description: interim report.** Girona: Arxius I Industries Culturals, 2014.

RIBEIRO, F. Da mediação passiva à mediação pós-custodial: o papel da ciência da informação na sociedade em rede. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 20, n. 1, p. 63-70, jan./abr. 2010.

TEIXEIRA, L. M. D. **Conceitualização na construção de ontologias**: relações semânticas no âmbito do Blood Project. 2009. (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-82AGNQ/disserta__o_entregue_livia_marangon.pdf;jsessionid=E25CDA87797](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-82AGNQ/disserta__o_entregue_livia_marangon.pdf;jsessionid=E25CDA87797EDC9C56461401F27BA402?sequence=1)

EDC9C56461401F27BA402?sequence=1>. Acesso em: 19 jun. 2012.

ZHANG, J. Archival Representation in the Digital Age. **Journal of Archival Organization**, v. 10, p. 45-68, 2012.

CAPÍTULO 6

DO CONCEITO E DOS PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS DE INDEXAÇÃO. SUBSÍDIOS PARA UMA ANÁLISE CRÍTICA

Maria da Graça de Melo Simões

1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O PRELÚDIO DE UMA PRÁTICA

De um modo linear e redutor pode afirmar-se que a prática da indexação por assunto surge associada à necessidade que é sentida pelo ser humano de organizar a informação com vista à sua localização e recuperação, de um modo célere e preciso, com o objetivo de transferir e construir um novo conhecimento. Esta operação, na maioria dos casos é realizada em serviços de informação, em particular em bibliotecas e arquivos, por profissionais especializados aos quais são exigidas competências técnicas, cognitivas e outras habilitações de índole intelectual e pessoal, como possuem um espírito analítico-sintético que lhes permita realizar o processo dinâmico e concomitante da seleção/omissão concetual, meio através do qual se efetiva a indexação. Neste sentido, pode afirmar-se que a indexação é um processo de escolha concetual e terminológica.

A indexação por assunto, tarefa capital do tratamento técnico de um documento, numa perspetiva concetual ampla contextualiza-se na

<https://doi.org/10.36311/2017.78-85-7983-904-7.p151-178>

organização do conhecimento; quando considerada num domínio conceitual restrito insere-se na representação da informação por assunto, que se formaliza na atribuição de termos aos conceitos de um documento, que foram selecionados recorrendo-se para o efeito a linguagens de indexação, como é o caso dos sistemas de classificações (ORTEGA; LARA, 2010).

As provas documentais legadas pela história são um testemunho credível para se afirmar que foi no âmbito da representação da informação por assunto que esta prática se desenvolveu. Fê-lo, umas vezes deixando cair determinados procedimentos, outras introduzindo novos, procurando nesta dialética de rejeição/inação, atualizar-se e recriar-se, de modo a responder às novas exigências informacionais da sociedade. Na conjuntura histórica, entre outros acontecimentos que concorreram para estes momentos de metamorfoses e inováção, salientam-se: a descoberta do papel (105 a.C.), o aparecimento da imprensa (séc. XV), a emergência das publicações periódicas (séc. XVII-XVIII), a mecanização da imprensa (séc. XIX) e a informática (séc. XX), em particular a Internet. Por tudo isto pode afirmar-se que a indexação por assunto se caracteriza por ser uma prática dinâmica que se ajusta às conjunturas sociais e se pode considerar uma prática ainda milenar. No que se refere à primeira particularidade, é-o na medida em que se vai adaptando às alterações e inováções que, naturalmente, concorrem para novas necessidades informacionais. Fá-lo, por um lado através da adoção de novos processos e da elaboração de novos produtos moldados às necessidades informacionais emergentes de quem os procura, por outro através do desenvolvimento e ajustamento dos seus princípios metodológicos. Apesar de durante séculos ser considerada uma atividade exercida com fins exclusivamente práticos, a indexação por assunto nunca deixou de ter bases metodológicas, assentes em fundamentos empíricos e arbitrários. Como irá observar-se, os princípios sistematizados surgirão apenas em finais do século XIX. Tal como se depreende da designação, a segunda característica mencionada, tem a ver com o facto de ser uma prática que se exerce ao longo de milénios.

A elaboração de produtos documentais ao longo deste período, embora num estado muito incipiente, que formalmente pouco ou nada